

Ata n.º 1/2018

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, na sala de Assembleia do edifício sede da União das Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, em Souto da Carpalhosa, reuniu extraordinariamente a Assembleia de Freguesia de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, pelas 20h30, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Ata da reunião Ordinária de Assembleia, datada de 21 de dezembro de 2017 – Leitura e Votação;**
- 2. Regularização extraordinária dos vínculos precários, afetos à Junta de Freguesia – Discussão e Aprovação;**
- 3. Atribuição de donativo à Junta de Freguesia – Discussão e Aprovação;**
- 4. 1.ª Revisão Orçamental – Discussão e Aprovação.**

Todos os membros da Assembleia de Freguesia estavam presentes.-----
José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia, deu início à sessão extraordinária da Assembleia da União das Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, pelas 20h39. Começou por cumprimentar os presentes. Esclareceu que por se tratar de uma Assembleia Extraordinária, por norma as atas das sessões anteriores não são incluídas na Ordem de Trabalhos destas assembleias. Contudo, tomou a iniciativa de trazer a ata da última sessão para ser aprovada neste dia por estar incluído um assunto que foi discutido na última Assembleia, e que se prende com a toponímia de uma rua – “Travessa do Pinheiro Manso” – e a ata com a aprovação da toponímia está a ser necessária na Câmara Municipal de Leiria para ser despachado um projeto, e por isso o Presidente ter tomado a liberdade de trazer este ponto a esta Assembleia. Passou então a ler os pontos seguintes da Ordem de Trabalhos: 1. Ata da Reunião Ordinária da Assembleia, datada de 21 de dezembro de 2017 – Leitura e Aprovação, 2. Regularização extraordinária dos vínculos precários, afetos à Junta de Freguesia – Discussão e Aprovação; 3. Atribuição de donativo à Junta de Freguesia – Discussão e Aprovação; 4. 1.ª Revisão Orçamental – Discussão e Aprovação. -----

Tratando-se de uma reunião extraordinária, deu a possibilidade ao público presente de, num período de 30 minutos, apresentar algum assunto que considerem de interesse geral para a freguesia, abrindo a possibilidade de inscrições para o efeito.-----

O Presidente recordou que dispunham apenas de 30 minutos para as intervenções, pelo que solicitou aos inscritos que fossem breves nas suas intervenções de modo a tentar cumprir com os tempos estipulados.-----

Passou a palavra ao primeiro inscrito, o senhor Dinis Francisco, residente no Vale da Pedra.-----

Dinis Francisco – Interveio lendo a seguinte exposição: “Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia da Freguesia, Senhora Presidente da Junta, senhoras e senhores membros da assembleia, estimado público, muito boa noite. Desde já agradeço esta oportunidade e aproveito para falar sobre a Charneca do Nicho. Venho desde já agradecer à empresa Siemens pela disponibilidade dos meios humanos e materiais para a plantação de milhares de árvores na nossa floresta. Estou aqui perante Vós para colocar perguntas, no sentido se realmente conhecem as possíveis consequências por detrás do dossier Charneca do Nicho. Em relação aos membros da assembleia de freguesia, vocês têm consciência das vossas competências? Será que a junta disponibiliza todos os meios para que vocês consigam realizar o vosso trabalho? Já agora, referente ao regime florestal, diário do governo nº 96, II Série, de 26 de Abril 1946, e decisão do Tribunal da Relação de Coimbra, de Maio de 2000, terrenos privados da Charneca do Nicho que são da União de Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, sendo a gestão da responsabilidade do ICNF, qual o motivo da junta intervir diretamente na gestão? Qual o motivo a junta gastar o seu, o vosso dinheiro na Charneca do Nicho? Será que houve alguma alteração no contrato de gestão, sem a junta ter dado conhecimento prévio à Assembleia de Freguesia? Caso haja alteração, qual o motivo da junta não vos informar? Caso não haja alteração no contrato e caso a junta agir unilateralmente, vocês têm percepção das consequências? A junta aplicou cerca 40.000€ no asfaltamento da estrada que liga o Souto aos Conqueiros, cuja tarefa é da responsabilidade camarária. Foi aprovado na última reunião da Assembleia de Freguesia o investimento anual de cerca 40.000€ para a gestão da Charneca do Nicho, cuja responsabilidade é do ICNF. O próprio ICNF admite o

investimento de 79.000€, ou seja 4% das receitas previstas de rearborização no período de 2014 a 2027. E, aparentemente, é a Junta de Freguesia que pretende realizar esta tarefa, este custo, esta responsabilidade, porquê? As receitas realizadas e estimadas pelo ICNF pelo corte de pinheiros e resinagem situam-se nos 1.600.000,00€. A junta recebe 60%. O ICNF recebe 40% para gerir a Charneca do Nicho. Têm conhecimento destes valores envolvidos? Já pensaram como seria a União de Freguesias do Souto da Carpalhosa e Ortigosa, caso a junta aplicasse esse dinheiro em projetos que fizessem realmente a diferença? A nossa União de Freguesias não merece mais, com estes valores? Dito."-----

Eulália Crespo, Presidente da Junta de Freguesia – Questionou se, em relação à Charneca do Nicho, o interveniente se referiu ao que estava para trás, pois a mesma só faria considerações a partir da sua tomada de posse, a 15 de outubro, e a partir dessa data tinha valores para apresentar relativamente à Charneca do Nicho. -----

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Intervieio para recordar que esse assunto nem devia ser tratado com especificidade, pois, recordou, tratava-se de uma Assembleia Extraordinária e neste ponto deviam ser apresentados assuntos de carácter geral. -----

Eulália Crespo, Presidente da Junta de Freguesia – Afirmou que trazia alguns valores para apresentar, caso fosse questionada sobre a ação que decorreu na Charneca do Nicho, sendo estes os valores que iria apresentar, uma vez que também este era um dos assuntos a expor nesta mesma Assembleia. Informou que o dinheiro que foi gasto com a ação da Siemens foi de 18.308,74 euros. Este foi o valor que foi investido e tratou-se de um donativo pago na totalidade pela empresa Siemens. Disse que a Junta de Freguesia ficou com uma alcatifa no valor de 3321 euros, utilizada unicamente para o jantar que a Siemens deu aos seus funcionários, e foi oferecida. A Junta de Freguesia possuía uma alcatifa que apenas cobria parte de piso. Uma vez que não é permitido fazer qualquer evento não desportivo em que o piso não esteja todo coberto de modo a não ser danificado, a Presidente de Junta de Freguesia exigiu que todo o piso estivesse coberto. Foi assim contratualizada a cobertura do piso em 900 metros quadrados, sendo que a Junta de Freguesia apenas possuía alcatifa para 300 metros quadrados, adquirida em 2012 para o desfile de moda realizado no pavilhão durante as comemorações dos 800 anos. A Junta de Freguesia

conseguiu assim 900 metros quadrados de alcatifa no valor de 3321 euros. Informou que de tudo o que a empresa Siemens pagou restaram 2.612,26 euros para proveito da Junta de Freguesia, no fim de tudo liquidado. Informou que foi servido um café na Charneca do Nicho, providenciado pelo Centro Social do Souto da Carpalhosa, e servido no local. Todas as despesas contabilizadas foram 18.308,74 euros. A Presidente de Junta de Freguesia indicou que estes eram os números que tinha para apresentar, e nada a responder quanto ao que estava no dossiê Charneca do Nicho, pois teria de ter estudado o mesmo e não era esse um dos pontos desta Assembleia de Freguesia.-----

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia – Intervenção para esclarecer e para que não restassem quaisquer dúvidas ou medos quanto à Charneca do Nicho, iriam ser disponibilizados aos membros da Assembleia de Freguesia, talvez ainda antes da próxima Assembleia, os documentos existentes sobre protocolos e parcerias relativas à Charneca do Nicho. Referiu que o que diz o contrato é que, uma vez que foi o Estado que investiu na plantação do pinhal, por esse investimento e por o manter, iria obter um proveito de 40 por cento, sendo os restantes 60 por cento para a Junta de Freguesia. Informou ainda que existe um esclarecimento que indica que caso se entre num processo de regeneração natural da floresta, a divisão e comparticipação dos dinheiros poderá ser diferente ou seja, 80 por da receita para a freguesia e 20 por cento para ICNF. Reafirmou que era importante esclarecer este ponto, pois, segundo o que entendeu, é intenção deste executivo manter o ICNF na gestão da Charneca do Nicho. Acrescentou que a informação será disponibilizada, todavia, refere que a mesma já não será grande novidade, uma vez que parte dela já se encontra difundida nas redes sociais. Terminou a intervenção pedindo desculpa pela mesma, mas sentiu necessidade de o fazer pelo conhecimento que tem do processo.-----

José Carlos Gomes cedeu a palavra ao segundo inscrito para intervenção antes da Ordem do Dia, o senhor Marco Aurélio, residente no Vale da Pedra.-----

Marco Aurélio Domingues – Intervenção para referir que uma das “promessas” do novo Executivo assentou nas ajudas às associações da freguesia, nomeadamente a do Vale da Pedra. Afirmou que disseram que iam falar com a direção para poderem tomar conta do parque de merendas, e o interveniente queria saber qual era o ponto de situação relativamente ao assunto. Acrescentou

que o parque se encontra um bocado degradado e sendo um local bastante agradável para a freguesia e para quem a visita, gostaria de saber qual o ponto de situação para intervenção no mesmo.-----

Eulália Crespo, Presidente da Junta de Freguesia – Começou por dizer que era para si uma novidade e uma grande surpresa o que acabava de ser exposto, pois nunca se referiu em lado algum sobre o parque de merendas da associação do Vale da Pedra. Disse que o que sempre defendeu em relação àquele parque de merendas e àquela associação é que a mesma se encontra fechada, como é de conhecimento de todos, foi feita com fundos comunitários, como é igualmente de conhecimento de todos, e possui uma direção própria e que ao ser fechada o espaço revertia a favor da igreja do Vale da Pedra.-----

Marco Aurélio Domingues – Interveio para acrescentar que na Escola Primária do Vale da Pedra, o membro do executivo Guilherme Domingues lhe disse que era um dos planos do executivo. Questionou o membro do executivo, Guilherme Domingues, se o que acabava de expor era verdade ou mentira, e pediu para saber o ponto de situação.-----

Guilherme Domingues, tesoureiro da Junta de Freguesia – Confirmou que era verdade o que acabava de ser exposto. Pediu a palavra e foi-lhe cedida pelo senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, José Carlos Gomes. Afirmou que o que havia dito na altura, e reafirmava, era que a Junta de Freguesia estava disponível, se os sócios da associação do Vale da Pedra permitissem à Junta de Freguesia, fazer a limpeza no espaço do parque de merendas. Disse que foi esta a conversa que teve perante muitas pessoas. Afirmou que a Junta de Freguesia tem de ter autorização da Associação Valpedrense, pois a Junta de Freguesia não entra em propriedades que não lhe pertencem. Todavia, ajudaria na limpeza ou mesmo limpava o parque de merendas. Até ao momento não apareceu nenhum sócio na Junta para dar essa mesma autorização. Os sócios têm de falar com o executivo da Junta e recordou que o presidente da Assembleia daquela associação ainda deve ser o responsável por aquele espaço.-----

Marco Aurélio Domingues – Questionou se era a Junta de Freguesia que tem de se dirigir ao local ou os sócios à Junta.-----

Guilherme Domingues, tesoureiro da Junta de Freguesia – Afirmou que são os sócios que têm de dar autorização à Junta de Freguesia.-----

Marco Aurélio Domingues – Questionou se a Junta de Freguesia fazia as promessas e os sócios é que tinham de se dirigir à Junta de Freguesia.-----

Guilherme Domingues, tesoureiro da Junta de Freguesia – Voltou a referir que os sócios é que têm de dar autorização à Junta de Freguesia para entrar naquele espaço.-----

Gonçalo Ferreira – Interveio para afirmar que o que o senhor Guilherme Domingues havia dito era que, quem estivesse à frente da ARC Valpedrense desse autorização à Junta de Freguesia para intervir. A Junta de Freguesia só estaria em falha a partir do momento que a associação desse a autorização e depois a intervenção não fosse concretizada.-----

Guilherme Domingues, tesoureiro da Junta de Freguesia – Confirmou a exposição anterior e acrescentou que quando os sócios da associação em causa quiserem reunir, terão de trazer uma autorização por escrito, uma vez que a associação tem dono, pois é dos sócios. Recordou que houve quem comprasse terrenos, cedesse terrenos, houve construção, e essas pessoas teriam de assinar em como dão autorização à Junta de Freguesia a fazer, pelo menos, a limpeza do parque de merendas para que o espaço possa servir para o fim que lhe compete.-----

José Carlos Gomes, Presidente de Assembleia – Perguntou à Presidente da Junta, Eulália Crespo, se pretendia acrescentar alguma coisa ao exposto, e cedeu-lhe a palavra.-----

Eulália Crespo, Presidente da Junta – Começou por referir que era um assunto que surgiu na Assembleia sem necessidade. Qualquer dirigente à frente de uma associação ou instituição devia dirigir-se à Junta de Freguesia, falar com o Executivo e expor a situação a ponto de se estabelecer um acordo. Não era a Junta de Freguesia que ia sair para se oferecer a quem nem o Executivo conhece, pois, referiu, não ter conhecimento sequer de quem eram os sócios dessa associação. As associações e instituições deviam dirigir-se à Junta de Freguesia e expor os seus problemas e pedir as ajudas que necessitassem, de modo a poder entrar em acordo e perceber o que se pode fazer em conjunto.---

Marco Aurélio Domingues – Questionou de que forma foi que as pessoas que estavam à frente da associação, não estando presentes aquando das sessões de esclarecimento durante a campanha eleitoral, tinham conhecimento deste

ponto que foi falado. Informou que o presidente da associação não esteve presente e soube do que foi falado.-----

Guilherme Domingues, tesoureiro da Junta de Freguesia – Afirmou que ele não estaria presente mas estavam outros elementos.-----

Eulália Crespo, Presidente da Junta de Freguesia – Disse que era para colaborar com as associações que o executivo ali estava, que era o seu dever e a sua obrigação. Reafirmou que os pedidos de ajuda e de colaboração deviam ser feitos no local próprio, fosse por parte das associações, instituições ou pessoas em nome particular. Aproveitou para referir que havia muita miséria escondida na freguesia e as pessoas deviam dirigir-se, sem vergonha, à Junta de Freguesia e solicitar ajuda, e o Executivo estava para as ajudar. Questionou ainda se o interveniente Marco Aurélio Domingues ficou esclarecido, e o mesmo confirmou afirmativamente.-----

José Carlos Gomes, Presidente de Assembleia – Passou a palavra ao terceiro inscrito para intervenção, o senhor Virgílio Ginja, residente em São Miguel.-----

Virgílio Ginja – Cumprimentou os presentes. Perguntou à Junta de Freguesia sobre o que falta de saneamento em São Miguel, qual era o ponto de situação. Disse ser de lamentar assistir, nos dias de hoje, a água das máquinas de lavar a correr nas valetas, pois metade do lugar estava servido com saneamento, outra metade não estava. Acrescentou que o mais correto seria mesmo dizer que cerca de um terço estava servido e dois não. Outra situação que apresentou prendeu-se com a poda das árvores. Especificamente questionou sobre a poda das árvores da associação de São Miguel e do adro da igreja de São Miguel. Questionou se a Junta de Freguesia ia tomar a iniciativa de contactar a Câmara Municipal de Leiria ou se tinha de ser a associação, pois eram necessárias máquinas elevatórias para concretizar este trabalho. Agradeceu a oportunidade.

Eulália Crespo, Presidente da Junta de Freguesia – Em relação ao saneamento, e sendo algo que todos aguardam, em vez de responder só à situação de São Miguel, respondeu no geral. Informou que o que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria lhe disse foi que Riba d'Aves, Lameira e Monte Agudo ia arrancar brevemente, inclusivamente referiu que seria no mês de março. Afirmou estar confiante nesta indicação feita pelo senhor Presidente da Câmara. Em relação à Moita da Roda, a situação estava no Tribunal de Contas e São Miguel estava em processo de adjudicação. Na sua opinião as

situações do saneamento estão bem encaminhadas e no bom caminho. Quanto à poda das árvores, o senhor Virgílio, aquando da Festa das Sopas em São Miguel, falou à Presidente de Junta de Freguesia na poda e esta por sua vez disse-lhe para ele passar na Junta de Freguesia a fim de conversar sobre esse assunto. A Presidente de Junta de Freguesia afirmou que não esperava que o interveniente viesse à Assembleia de Freguesia expor um caso destes. Informou que a Junta de Freguesia podia questionar a Câmara Municipal de Leiria se faziam este tipo de trabalhos com a plataforma às associações. Contudo, desconhecia se o faziam em relação ao que pertence à igreja. A Junta de Freguesia ia proceder ao pedido. -----

José Carlos Gomes, Presidente de Assembleia de Freguesia – Deu uma achega no que concerne à situação do saneamento. Alertou a Assembleia de Freguesia para que esta estivesse atenta, pois considerava não haver espaço para mais adiamentos. Disse ser um adiar que se prolonga há 4 anos, pois há 4 anos já estava em concurso. O Tribunal de Contas aprovou o da Bidoeira, houve mais situações a concurso. Afirmou ainda que antes do período das eleições já havia sido dada a indicação de que estava a concurso, que estava para o Tribunal de Contas e que ia arrancar em novembro, sendo que agora já afirmavam que seria em março. Não querendo justificar que poderia ser por uma questão de cor política/partidária, salientou que a Freguesia merecia tanto como quaisquer outras. Alertou para que a Assembleia de Freguesia estivesse vigilante em relação à situação do saneamento, porque talvez fosse necessário que todos exerçam um pouco de pressão para que as situações se concretizem, pois estava em causa o interesse da freguesia e nada mais.-----

Eulália Crespo, Presidente da Junta de Freguesia – Pediu a palavra para prestar um esclarecimento. Disse que por vezes as pessoas ocupavam cargos e esqueciam um pouco os sítios e os cargos que estavam a ocupar. Recordou que fez, há 12 anos, quatro anos de Assembleia de Freguesia e durante esse período a sua intenção foi sempre de fazer o melhor pela freguesia. Juntar-se ao Executivo de então, caminhar juntos e fazer com que tudo funcionasse. Recordando essa situação do passado, referiu que seria isso que gostaria que acontecesse durante este mandato, durante estes cerca de 4 anos. Disse que gostaria que estivessem todos juntos com o Executivo da Junta de Freguesia, não deixando de apresentar os seus pontos de vista e indicar o que estava

errado. Referiu que, tal como disse durante o período de campanha eleitoral, não era possível estar em todo o lado ao mesmo tempo, até porque a freguesia é muito grande, mas não deixarem de comunicar as situações ao Executivo. Afirmou que quando passasse um elemento da Assembleia e visse couves plantadas num caminho ou um vaso de flores colocado num buraco, não custava muito informar ou questionar o Executivo se tinha conhecimento da situação. Disse que o que referiu eram casos de que já tinha conhecimento e inclusivamente pediu ao funcionário da Junta de Freguesia, senhor Adelino, que abdicasse um pouco do seu tempo de férias que estava a usufruir, e foi com ele descarregar um pouco de *tout-venant* nas Várzeas. Todavia, frisou, não era motivo para se plantarem couves em buracos de estrada. Pediu para se ter bom senso e alguma compreensão. Explicou que os funcionários responsáveis pelos trabalhos de rua estiveram de férias nos últimos dias do ano e alguns dias do novo ano, e não houve pessoal disponível para ir aos locais a intervençionar e não era algo de uma urgência extrema. Deu ainda conhecimento de que quando se acabava o alcatrão disponível e havia um buraco para se intervençionar, não se ia à Câmara Municipal de Leiria buscar um quilo de alcatrão de propósito para tapar um buraco. O assunto não ficava esquecido. Assim que houvesse alcatrão disponível, colocava-se nesse buraco. Aproveitou para questionar se existindo uma empresa que queria dar um donativo e trazer os seus funcionários a trabalhar aqui um dia inteiro, e eram funcionários de “secretaria”, executivos e diretores de topo, e vieram, voluntariamente, trabalhar na Charneca do Nicho numa plantação solidária para ajudar a nossa freguesia, não se podia cruzar os braços e dizer que se ia tapar os buracos da freguesia e esquecer esse donativo no valor de 17.600 euros. Afirmou que o Executivo tinha de agarrar a oportunidade desta ação e não a deixar fugir. Disse que era isso que gostaria que fosse compreendido, que por vezes existem situações no imediato mais urgentes que deviam ser aproveitadas, como foi o caso. Afirmou que achava que estava a ser feito o melhor para a freguesia, através do aproveitamento do que quiseram oferecer à freguesia. Afirmou que se os membros considerassem o contrário, era um direito que lhes assistia, contudo, pedia que todos colaborassem na mesma direção, pois todos estavam para a mesma causa: olhar pelo melhor para a freguesia.

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia – Terminadas as intervenções, passou à Ordem de Trabalhos. **Ponto 1** – Ata da reunião Ordinária de Assembleia, datada de 21 de dezembro de 2017 – Leitura e Votação. Questionou se algum dos presentes tinha algum reparo a fazer ou indicar alguma coisa que não estivesse correta, pois a mesma ainda podia ser emendada.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Pediu para intervir informando que a sua intervenção não incidia especificamente na ata, pois considerava que esta refletia aquilo que se passou e quanto a isso não tinha nada a dizer. Todavia, no que respeitava a este mesmo ponto, pretendia apresentar uma declaração de voto em nome da bancada do PS, os cinco elementos que compunham parte da Assembleia de Freguesia. Disse que no que respeitava à intervenção da bancada socialista a 21 de dezembro de 2017, os cinco elementos que a compunham aprovaram os itens de boa-fé com base no conhecimento disponível. Contudo, expressaram agora que com as informações de que dispunham, algumas que lhes pareceram contraditórias e duvidosas, a bancada do PS não votaria favoravelmente nos seguintes pontos: Mapa de Pessoal 2018; Apresentação do Plano de Atividades para o ano de 2018; Apresentação do Orçamento para o ano de 2018, nomeadamente no registo 07.01.05.01 – que dizia respeito aos melhoramentos fundiários da Charneca do Nicho e consequentemente no ponto que dizia respeito à Apresentação do Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2018 no que se referia ao Ordenamento e Gestão Florestal da Charneca do Nicho.-----

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Perguntou se mais algum dos presentes pretendia fazer alguma exposição.-----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Pediu para se fazer uma adenda na ata da anterior Assembleia de Freguesia, datada de 21 de dezembro de 2017, pois a mesma referia que foi aprovado o Orçamento para 2018, contudo, não estava referido em termos globais qual era o quantitativo em termos de despesa e de receita do Orçamento, não vinha expresso na ata. Colocou esta questão apenas porque no seguimento dos pontos em agenda da Assembleia que decorria, haveria uma alteração orçamental que eventualmente seria aprovada, mas que não seria feita a referência ao valor. Acrescentou que a alteração orçamental provocava alterações no quantitativo quer da receita quer

da despesa, pelo que solicitou que fosse feita essa referência. Sempre que houvesse aprovação com dados financeiros, que ficasse expresso em ata que foi aprovado o orçamento com o montante de despesa “x” e o montante de receita “y”.-----

José Carlos Gomes, Presidente de Assembleia – Disse que seria possível colocar a indicação na ata, dos valores totais dos Orçamentos, tendo-se dispensado essa referência uma vez que o Orçamento é do conhecimento de todos os membros e que depois de aprovado é remetido ao Tribunal de Contas. Fica o registo e futuramente esta observação será tida em consideração. -----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Disse que estava agora a dar os primeiros passos na vida autárquica e nos seus assuntos e que, neste sentido, tinha algumas dúvidas. Disse que a ata ainda não foi aprovada. Todavia, já havia investimento realizado no tempo que decorreu entre 21 de dezembro de 2017 até à Assembleia que decorria. Disse que acabava de ouvir da parte da senhora Presidente de Junta de Freguesia, Eulália Crespo, que já houve investimento na Charneca do Nicho. Do seu conhecimento, por vezes havia uma ata em minuta, uma ata resumida, em que se referia que no ponto “x” se votou tantos contra, se se aprova ou não, e depois, por fim, se apresenta a ata no seu resumo para estar em discussão. Neste sentido, questionou até que ponto era legítimo já estar a fazer investimento sem ter antes a aprovação dos votos dos itens. Pediu esclarecimentos quanto a esta sua exposição.-----

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Disse que a membro Fernanda Pedrosa podia ter alguma razão, pois houve um lapso da sua parte em não propor a aprovação da ata em minuta. Afirmou que também por não terem aprovado a ata em minuta seria necessário aprová-la agora, pois a Junta de Freguesia tinha necessidade em mandar a mesma para a Câmara Municipal de Leiria por causa da toponímia nela aprovada. Em relação à parte restante, disse não ser muito sua competência falar sobre isso. Contudo, o investimento que foi feito estaria justificado. Disse que não havia despesa direta da Junta de Freguesia. Havia um donativo específico para aquela ação e foi esse o investimento feito. A Junta de Freguesia aproveitava ou não aproveitava, mas isso ficava à consideração da Assembleia de Freguesia. Colocou o **Ponto 1** – Ata da reunião Ordinária de Assembleia, datada de 21 de dezembro de 2017, à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Passou ao **Ponto 2** – Regularização extraordinária dos vínculos precários, afetas à Junta de Freguesia – Discussão e Aprovação; Passou a palavra à Presidente da Junta de Freguesia, Eulália Crespo, para apresentação do ponto.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Disse que não sabia se havia necessidade de explicar o Ponto em causa, uma vez que todos os membros tinham o caderno com a documentação. Questionou se alguém necessitava de alguma explicação. Esclareceu que se tratava de um processo consequente de ter de colocar os funcionários no quadro. Informou que havia funcionários com muitos anos de casa, como o senhor Adelino com 30 anos de casa, e não eram reconhecidos como funcionários públicos e agora surgia a obrigatoriedade de os colocar no quadro, sendo este o propósito deste ponto na Assembleia, a ser colocado a aprovação. Disse não ter mais nada a acrescentar.

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – No que diz respeito a este ponto, o membro disse falar em nome dos cinco elementos que representam o PS, referiu que tinham algumas dúvidas que gostariam de ver esclarecidas. Assim, questionou qual era a implicação na despesa a regularização destes contratos. Qual o vencimento que cada um auferia e ia passar a auferir. Referiu que na Assembleia de Freguesia de 21 de dezembro de 2017 tiveram – os cinco membros do PS – dúvidas, tendo sido solicitados vários esclarecimentos quanto à definição de funções, quanto ao quadro de pessoal que não foram bem clarificados. Portanto, surgiam pessoas no quadro ou mapa de pessoal – que, na sua opinião, quadro e mapa de pessoal não era a mesma coisa – e, no seu entender, havia uma mistura de conceitos. Analisando, disse, que havia pessoas que estariam a tempo parcial, que no seu entender se referem às funcionárias afetas às escolas e jardins-de-infância, que eram obrigadas a fazer contratos todos os anos, e eram aquelas que faziam parte do contrato normal. Depois surgia um encarregado e, pelo seu conhecimento da Lei Geral, para existir um encarregado este tinha de ter 10 pessoas. Na verdade, apareciam apenas seis pessoas, uma vez que as outras cinco são contratos a termos parciais, pelo que não deveriam estar no mapa de pessoal. No entender da bancada socialista, não havia motivos que justificassem o encarregado operacional. No que se referia aos técnicos superiores, anteriormente foi apresentado um mapa com três técnicos superiores que na última Assembleia de Freguesia a interveniente e a membro Marília Ferreira solicitaram

esclarecimentos quanto à definição de funções, qual era o cargo que ocupavam, se faziam parte do quadro, se existiam vagas no quadro, pois em causa estariam quadros que ficam *ad aeternum*. Afirmou que o compromisso que ficasse assumido hoje era um compromisso que ficaria para anos. Estavam – na apresentação da Assembleia de Freguesia anterior – três técnicos superiores e aparecia agora apenas um técnico superior. Questionaram se estavam três qual o motivo para agora aparecer só um. Afirmou que não conseguiram perceber o mapa de pessoal apresentado.

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Recordou que na última Assembleia foi questionado quem estava e quem não estava no quadro de pessoal e o que foi explicado foi que esse quadro era inexistente para funcionários públicos.

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Interpelou se as pessoas foram contratadas para estas funções concretas. Ao abrir concurso num contrato para Assistente Técnica, que por acaso a funcionária tinha as competências noutra área, mas a área a concurso era para Assistente Técnica. Assim, questionava se eram contratos para Assistente Técnica ou para Técnica Superior. E agora, que diferença havia nos vencimentos e, consequentemente, no Orçamento da Junta de Freguesia.

Eulália Crespo, Presidente da Junta de Freguesia – Em termos se vencimentos disse que ia haver uma alteração.

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou qual era essa alteração.

Eulália Crespo, Presidente da Junta de Freguesia – Respondeu que era uma alteração mínima. O importante era colocar os funcionários regularizados no quadro, porque era a isso que a lei obrigava.

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Afirmou que a regularização não era igual a requalificação.

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Disse que também era importante esclarecer que havia funcionários que iam passar a receber menos do que auferem na atualidade.

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Repetiu que a regularização não era igual a requalificação e que, provavelmente, a situação não se encontrava regulada e o Governo estava a dar uma oportunidade às

juntas de regularizar os contratos. O que estava em causa eram os dinheiros até porque, se existiam três Técnicas Superiores como era que agora aparecia só uma? Deu a sua experiência pessoal como exemplo. Explicou que trabalhava num hospital onde há assistentes operacionais que fizeram o curso de Enfermagem. Todavia, enquanto não entrarem no quadro de Enfermeiro não executavam funções de Enfermeiro, apesar de terem essas funções, porque no contrato pelo qual entraram era para determinadas funções. Disse que acreditava, e até pelo que se tem apercebido, que existiam carências mas tinha acima de tudo de existir transparência e tinha de ser percutível a implicação que tudo isto tinha para o futuro.-----

Eulália Crespo, Presidente da Junta de Freguesia – Pediu à funcionária Cidalina Reis para prestar alguns esclarecimentos mais detalhados. -----

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Cumprimentou os presentes. Explicou que surgiu a oportunidade de Regularização dos Precários da Função Pública, dado que todos os funcionários em causa trabalhavam para uma entidade pública, contudo não eram considerados como tal. Disse que tem existido o cumprimento das obrigações públicas, mas não o proveito dos benefícios. O governo pretendia que estas situações estivessem reguladas pelo que surgia agora a oportunidade. Acontece que havendo três Técnicos Superiores, e com referência ao Mapa de Pessoal apresentado na Assembleia de Freguesia de dezembro de 2017, não era em função do mapa de pessoal que era proposto para aprovação. O primeiro quadro apresentado era em função do grau académico dos funcionários ao serviço na Junta de Freguesia, tendo em conta que o mesmo não era regulado nem estava como agora a lei obriga. Havendo três Técnicos Superiores, esta categoria é um pouco superior em função dos vencimentos e do trabalho que é realizado. No âmbito da regulação para se ser considerado como Técnico Superior tem fazer a parte de recursos humanos, processar vencimentos, que no caso é a interveniente que faz apoio administrativo e funções que como técnica de Serviço Social também desempenha. Informou que, dentro dos moldes apresentados, tratava-se da única pessoa que reunia as condições de Técnico Superior no âmbito do que se pretendia com o processo de regulação extraordinária. Depois, como Técnico Superior a Junta de Freguesia tem ainda as funcionárias Ângela e Joana. Contudo, segundo disse a interveniente e como a esclareceu o auditor da Junta

de Freguesia, também pelos anos de serviço e as funções que acumula, a funcionária Cidalina Reis era a única que reunia condições para ser considerada Técnica Superior. Esclareceu ainda que a funcionária Ângela com o grau de mestre como possui, como Técnica Superior de Comunicação, se a Junta de Freguesia o permitisse e assim entendesse poderia ser imputada a essa categoria. Clarificou ainda que se referia a necessidades permanentes da Junta de Freguesia. No mapa que foi facultado aos membros de Assembleia de Freguesia – um mapa resumo onde estavam também mencionadas as pessoas que vão continuar em condições precárias depois deste processo de regulação e para as quais têm de ser efetuados contratos, pois são as que estão afetas ao serviço de refeições das escolas. Contudo estas eram consideradas as necessidades permanentes da Junta de Freguesia. Explicou que existiam assim as Assistentes Técnicas, e também a funcionária Joana é Técnica Superior, contudo está há menos tempo a desempenhar funções na Junta e encontra-se a desempenhar funções de auxílio administrativo. Explicou ainda que estas funcionárias desempenhavam outras funções que não estavam descriminadas nos documentos apresentados, nomeadamente o trabalho desenvolvido a nível dos protocolos existentes, como o caso dos serviços de CTT ou Espaço do Cidadão. No fundo este processo surgia em cumprimento da lei, e por isso a alteração em relação ao documento que foi apresentado na Assembleia de Freguesia anterior. Neste seguimento, a interveniente, Cidalina Reis, como desempenha funções de Técnica de Serviço Social, funções de recursos humanos, funções administrativas, apoio ao Executivo, apoio à Assembleia, reúne condições para ir para a categoria de um Técnico Superior e, ao mesmo tempo, não inflacionar em muito o Orçamento da Junta de Freguesia com três Técnicos Superiores. Em relação aos restantes, e no que concerne aos vencimentos, explicou que o Executivo poderá, posteriormente e em ata, fazer a mobilidade, pois a Lei dos Precários não procura prejuízo dos funcionários já existentes em funções. Ou seja, os funcionários entram na regulação na posição remuneratória 1, da sua categoria, mas em função dos vencimentos que auferem atualmente, tenta-se fazer um ajuste. A nova lei permite que o acerto seja concretizado, em função dos vencimentos que já ocorrem neste momento. Questionou se existiam dúvidas quanto ao exposto.-----

Fernanda Pedrosa, membro a Assembleia de Freguesia – Questionou quais são as vagas no quadro da Junta de Freguesia.-----

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Respondeu, depois de autorizada pela Presidente da Junta, que atualmente eram onze. Os onze funcionários que estavam a tempo inteiro e a exercer funções há mais de quatro anos.-----

Fernanda Pedrosa, membro a Assembleia de Freguesia – Questionou, e supondo que não existiam funcionários ao serviço, quantos funcionários eram necessários para Junta de Freguesia funcionar? Quantas vagas eram necessárias de Assistente Técnica?-----

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Respondeu três.-----

Fernanda Pedrosa, membro a Assembleia de Freguesia – Disse que com base no que estava a ser exposto seria uma Assistente Técnica e três Técnicas Superiores se assim o entendessem. Afirmou que o quadro de pessoal não estava devidamente apresentado. Disse que, por acaso, as funcionárias são detentoras dessas habilitações superiores. Contudo, lamentava, mas disse que tinha de recordar que as funcionárias tinham essas habilitações mas que se tratava de uma Junta de Freguesia e que ao abrir quadro era para o resto da vida. Disse ter percebido o ponto de vista da Junta de Freguesia, todavia, havia ficado por esclarecer o posto de encarregado. Questionou se sendo apenas seis funcionários do quadro, se o Governo permitiu o posto de encarregado, que pressupõe 10 funcionários no mínimo e não existia isso no quadro.-----

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Explicou que a Junta de Freguesia estava a tentar não prejudicar o funcionário, no caso o senhor Adelino Domingues, pois era essa a categoria em que estava considerado há muitos anos.-----

Vasco Fernandes, vogal da Junta de Freguesia – Interveio para esclarecer que as pessoas foram classificadas pelas suas competências, pelas suas funções e com o salário ligeiramente superior na categoria, ligeiramente superior ao que auferem na atualidade. Informou que não havia acréscimos significativos em termos de despesa para a Junta de Freguesia.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Afirmou que gostaria de ver esse ponto esclarecido, no que concerne ao valor, uma vez que

implicava uma alteração orçamental e esse era um ponto importante para a votação.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Disse que os membros da Assembleia de Freguesia, a qualquer hora, podiam passar nas instalações da Junta de Freguesia e esclarecer o que pretendiam. Todavia, considerava que a informação até poderia acompanhar a documentação entregue aos membros da Assembleia, mas que não era muito correto expor publicamente quanto auferem os funcionários.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Concordou com o ponto de vista, mas considerava que podia ter vindo indicada a retificação do valor, que para a tomada de decisão era importante saber.-----

José Carlos Gomes, Presidente de Assembleia de Freguesia – Questionou se não havia uma noção de custos?-----

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Disse que, na totalidade de vencimentos, haveria uma alteração de cerca de 400 euros por mês.-----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Manifestou que a declaração de voto manifestada inicialmente deveu-se ao facto de, em relação ao mapa de pessoal, ter ficado com a ideia que o voto efetuado, na Assembleia de Freguesia de 21 de dezembro de 2017, era para aceitação de um mapa de pessoal com as características então apresentadas. Por isso mesmo, consideraram ser uma contradição o mapa de pessoal apresentado nesta mesma Assembleia de Freguesia. Questionou se todas as pessoas que trabalhavam na Junta de Freguesia, os dezasseis funcionários apresentados no mapa de pessoal em dezembro, estavam todos a título precário.-----

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Respondeu que todos estavam em situação precária.-----

Vasco Fernandes, vogal da Junta de Freguesia – Acrescentou que a maioria das Juntas de Freguesia de pequena dimensão tinham assim os seus funcionários.-----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Afirmou que tinha considerado que alguns já pudessem estar no quadro de pessoal e que a proposta agora apresentada surgisse, dadas as necessidades da Junta de Freguesia, para manter o número de pessoas.-----

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Por esse mesmo motivo justificou a existência de mapa de pessoal.-----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou se a proposta apresentada foi elaborada com base em alguma matriz para esta dimensão de Junta de Freguesia e daí a proposta deste quadro de pessoal.----

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Confirmou essa mesma situação.-----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou se seria por isso que não eram abertos três lugares para Técnicos Superiores.-----

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Esclareceu que o propósito era regular o mapa que estava em vigor. Contudo, a colocação de três Técnicos Superiores iria inflacionar o Orçamento em mais de dois mil euros.----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Perguntou se era por uma questão de dinheiro ou por não haver necessidade de haver três Técnicos Superiores.-----

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Disse que possivelmente seria mais por uma questão de dinheiros. Contudo, esclareceu que a colega Ângela Duarte fazia o trabalho de Técnica Superior de Comunicação.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Perguntou quem é que estava a fazer este processo de regularização.-----

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Disse ser ela própria.----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Perguntou se tinha ajuda de alguma empresa.-----

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Respondeu que tinha ajuda da parte do auditor da Junta de Freguesia, a empresa que presta os serviços de contabilidade, empresa Nucleodata, Lda.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou se este processo não implicava um concurso interno.-----

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Esclareceu que caso a regularização extraordinária dos vínculos precários seja aprovada em Assembleia de Freguesia, vai ser colocado no website da Junta de Freguesia o aviso. Esclareceu ainda que os trâmites não eram os mesmos de um concurso público comum, e por isso mesmo seja encarado como um processo de regularização. Disse ainda que era um procedimento concursal mais simples.---

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia - Questionou se, apesar de ser concurso interno, não se cingia apenas à freguesia, e se pessoas de outras freguesias podiam candidatar-se.-----

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Informou que sim, que outras pessoas se podiam candidatar. Contudo, disse tratar-se de um procedimento concursal que surgia no âmbito da Lei n.º112/2017, de 29 de dezembro, para regulação dos vínculos precários. -----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou se, a partir de agora, a Junta de Freguesia passaria a ter um quadro com 11 pessoas.

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Confirmou.-----

Eulália Crespo, Presidente da Junta de Freguesia – Disse que apenas tinha chamado a funcionária Cidalina Reis a prestar alguns esclarecimentos, em virtude de ser a própria a estar com todo este processo em mãos.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Relativamente às Assistentes Operacionais, na definição de funções, estava mencionado que as mesmas desempenhavam atividades lúdicas. Disse que não lhe parecia que fosse competência das Assistentes Operacionais desempenhar funções de âmbito lúdico.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Esclareceu que tinham, de entre outras, essas funções e que tinham formação para as exercer.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Recordou que estas estavam reportadas como Assistentes Operacionais e se era destas a que se estava a referir.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Confirmou.-----

José Carlos Gomes, Presidente de Assembleia de Freguesia – Perguntou se havia mais interessados em intervir sobre este ponto. Não havendo mais interessados, deu como encerrada a discussão sobre o mesmo e colocou à votação o **Ponto 2** – “Regularização extraordinária dos vínculos precários, afetos à Junta de Freguesia”. Ninguém votou contra. Aprovado por maioria com três abstenções dos membros da Assembleia de Freguesia Fernanda Pedrosa, José Domingues e Virgílio Franco. -----

Passou-se à discussão do **Ponto 3** – “Atribuição de donativo à Junta de Freguesia – Discussão e Aprovação.” Passou a palavra à Presidente de Junta de Freguesia, Eulália Crespo, para apresentação do ponto.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Referiu que já havia sido feita exposição e que foi feito um donativo à Junta de Freguesia que gostaria de ver aprovado, se a Assembleia de Freguesia assim o entender. E tratando-se de uma oferta, a Junta de Freguesia não considerou recusar. -----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou se o donativo em causa não tinha sido já dado à Junta de Freguesia.-----

Vasco Fernandes, vogal da Junta de Freguesia – Referiu que para a Junta de Freguesia receber este mesmo donativo, a Assembleia de Freguesia tinha previamente de o aprovar.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Disse congratular-se com este donativo, com estes valores, pois tratava-se de algo positivo para a freguesia. Disse que o pedido realizado pela Presidente de Junta de Freguesia, Eulália Crespo, e pelo Presidente de Assembleia de Freguesia, José Carlos Gomes, de que a Assembleia deveria estar junta e unida, considerou que nesta matéria em discussão, essa vontade não foi respeitada. Afirmou que, embora houvesse um donativo, a convocatória para a reunião extraordinária da Assembleia de Freguesia foi realizada a 19/02 e a realização da ação foi a 23/02, e os membros da Assembleia de Freguesia não obtiveram conhecimento da sua realização. Souberam através da página social *Facebook* e através de outras intervenções e possivelmente tinham gostado de se associar à intervenção solidária. Contudo, ficaram à margem. Reafirmou sentir-se à margem e, inclusivamente, um pouco magoada, pois manifestam interesse em estarem todos juntos, mas não estão juntos nos eventos e pediu ainda para não argumentarem com falta de tempo, porque a convocatória para a Assembleia de Freguesia chegou ao seu e-mail a 19/02 e a intervenção foi a 23/02, e disse acreditar que seria possível estar ali a aprovar, em tempo legal, antes da ação ocorrer. Não terem – os membros da Assembleia – participado num evento desta natureza quando lhes foi pedido para estarem juntos, deixou a interveniente magoada e, disse uma vez mais que se sentiu à margem. Disse ainda que as doações para serem aceites têm de ser discutidas e aprovadas. Afirmou que podia entender que as oportunidades não se podiam desperdiçar, colocava em questão os tempos: se não era possível aprovar e seguir os trâmites gerais. Quanto à doação questionou: o que foi negociado; em que consistiu a doação; se a doação foi em árvores; se a doação foi em valor, o mesmo tinha de entrar

e tinha de sair. Disse não estar clarificada em termos de orçamentos e de valores, pelo que pediu esclarecimentos claros e concretos sobre este donativo.

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Explicou que se tratou de uma “maratona” para conseguir abraçar todo o projeto solidário que foi oferecido. Disse que a Junta de Freguesia trabalhou muito para conseguir chegar a este fim. Quanto ao agendamento, informou que o facto de ter seguido a convocatória no dia 19 de fevereiro e a ação ter decorrido no dia 23 do mesmo mês, teve a ver com o facto de a Assembleia já estar agendada com o senhor Presidente de Assembleia para antes do dia 23 e não para o dia em que decorreu. Todavia, a Presidente de Junta foi confrontada com a Assembleia Municipal agendada para dia 19. Houve uma confusão de datas e a Junta de Freguesia não poupou esforços para que tudo corresse bem. Frisou que com o agendamento da Assembleia de Câmara as situações foram-se arrastando até à data em que agora decorreu a Assembleia de Freguesia. Em relação ao donativo e a todo esse processo, afirmou que havia uma revisão orçamental da despesa, pois o Orçamento da Junta de Freguesia (para a Charneca do Nicho), na última Assembleia, era de 39 mil euros, havendo agora, caso a Assembleia de Freguesia aprove, uma entrada de 17.600 euros, realizando a diferença orçamental apresentada no valor de 56.600 euros, e por este motivo a necessidade de revisão do orçamento e o mesmo vir a discussão à Assembleia de Freguesia. -----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Perguntou se o valor entrou em dinheiro. -----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Esclareceu que entraria se a Assembleia de Freguesia o aprovar. -----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Afirmou que importava questionar se a entrada era ou não em dinheiro, pois podia ser um valor contabilizado. -----

Eulália Crespo, Presidente da Junta de Freguesia – Afirmou que seria em dinheiro. O que não seria em dinheiro, mas apenas contabilizado, seriam os 3.321 euros da alcatifa, que não sendo em dinheiro foi em espécie. -----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Disse ficar sensibilizada com o uso de algumas expressões, pois teria de haver liberdade para os membros da Assembleia de Freguesia fazerem as perguntas sobre

aquilo que têm dúvidas. Afirmou não colocar em causa que não tinha entendido se o valor de 17.600 euros associado à iniciativa de reflorestação era em árvores ou valor real em dinheiro.-----

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Esclareceu que esse valor foi para se poder executar o projeto. -----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Disse que na sua opinião estava em falta a revisão orçamental no Mapa Plurianual, em que constava o valor dos 39 mil euros, mas não dos 17.600 euros.-----

Cidalina Reis, funcionária da Junta de Freguesia – Esclareceu que nesta documentação não é apresentado o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) porque foi mantida a despesa e não existe quaisquer alterações de rubricas de despesa, mas sim um reforço. Se existisse a criação de uma nova rubrica, aí o PPI teria de sofrer uma revisão. Como não houve criação de rubrica existe apenas um reforço que se reflete na saída do dinheiro para a Charneca do Nicho, se assim for aceite. Ou seja, com a entrada de mais 17.600 euros na despesa imputada à Charneca do Nicho, automaticamente houve um reforço no PPI.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou se, no lugar dos 39 mil euros de investimento para a Charneca do Nicho passou a ser um valor de 56.600 euros (os 39 mil com o reforço de 17.600 euros), porque existe um projeto para esse efeito.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Afirmou que o valor dos 17.600 euros ia entrar no orçamento mas iam sair para pagamento dos trabalhos que foram realizados na Charneca do Nicho.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou se então os trabalhos já tinham sido realizados.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Esclareceu que foram os trabalhos realizados na sexta-feira que antecedeu a Assembleia de Freguesia, dia 23 de fevereiro. -----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Afirmou que a situação era mais grave do que o que imaginava. Questionou se estava a aprovar um projeto que já estava executado.-----

Vasco Fernandes, vogal da Assembleia de Freguesia – Interrompeu para explicar que o que estava em causa era a atribuição do donativo e não o projeto em si. Disse que o projeto estava a ser executado e apenas seria pago se fosse

executado e por isso a discussão da receção, ou não, do donativo. Esclareceu que ninguém iria pagar 17.600 euros se o trabalho não estivesse já executado. O donativo não foi ainda atribuído e o projeto não está ainda concluído. Frisou que a Siemens irá pagar o trabalho quando o mesmo estivesse concluído. Esclareceu que a ação de rearborização foi uma parte do projeto e tratou-se de uma contrapartida que a empresa Siemens impos para a comparticipação do projeto: realizar uma ação de voluntariado de rearborização da Charneca do Nicho num dia em que os funcionários da própria Siemens se deslocassem ao Perímetro Florestal da Charneca do Nicho para executar a ação. Clarificou que foi por este motivo que a população não foi convidada a estar presente na mesma. Informou ainda que apenas os monitores, por exigência da empresa que realizou a ação voluntária, tivessem conhecimento da execução da ação e pudessem auxiliar os voluntários naquele dia. Salientou que a intervenção na sua totalidade e o projeto terminariam no final da presente semana, Só de3pois de concluídos os trabalhos é a Siemens dará o aval para o pagamento do referido donativo, caso, volta a referir, a Assembleia o aprove. -----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Afirmou que no que concerne à aceitação dos donativos por uma questão de transparência deve ser previamente discutida e aprovada em Assembleia. -----

Vasco Fernandes, vogal da Junta de Freguesia – Afirmou que a consulta estava a ser feita previamente, pois a Junta de Freguesia ainda não tinha recebido qualquer donativo. Será recebido se a Assembleia de Freguesia o entender e quando a Siemens considerar que a ação está concluída. Esclareceu que a Siemens não procederá a qualquer pagamento caso a Assembleia de Freguesia não aprove ou os trabalhos não tenham sido executados conforme acordado e, consequentemente, o valor do investimento na ação sairá da verba dos 39 mil euros aprovados em orçamento. Informou que se tratava de uma empreitada que ou pagaria a Junta de Freguesia ou a Siemens Portugal a título de donativo. Explicou que a intervenção foi feita no Pinhal do Rei, com cerca de 500 voluntários, e na Charneca do Nicho, com mais de 150 voluntários, todos eles funcionários da Siemens Portugal, e por isso mesmo, ninguém foi colocado de parte.-----

Eulália Crespo, Presidente da Junta de Freguesia – Referiu que tudo foi pensado e nada era ao acaso. Disse que o Executivo procurava fazer o melhor

para a freguesia e para a Charneca do Nicho e referiu que a marcação que se faz à Charneca do Nicho é demasiado grande e por vezes se questiona se a Charneca do Nicho é o único problema na freguesia. Disse que a Junta de Freguesia procurava fazer o melhor para toda a freguesia, mas que as pessoas no geral só valorizam e só defendem a Charneca do Nicho quando há uma freguesia de uma dimensão tão grande e com tantos problemas. -----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Recordou que o assunto sobre a Charneca do Nicho fazia parte da Ordem de Trabalhos da Assembleia em curso.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Retomou dizendo que houve uma séria dedicação a partir do momento em que surgiu a hipótese de receber o donativo e a ação na freguesia. Disse que foi com agrado que soube, via *Facebook*, que havia mais pessoas interessadas em fazer voluntariado na Charneca do Nicho do que imaginava, ao mesmo tempo disse que foi com algum desagrado que viu alguns comentários e inclusivamente recebeu telefonemas de indignação por não terem tido conhecimento prévio da ação para se associar à mesma. Esclareceu que a Siemens Portugal tinha planeada uma ação para o Pinhal do Rei e para a Charneca do Nicho e dentro do universo dos funcionários da empresa abriu a hipótese de voluntariado, onde inicialmente estavam para vir 800 funcionários, e tanto do lado da freguesia como do lado do Pinhal do Rei, o processo teve todo de ser agilizado com a maior brevidade possível. Explicou que os voluntários foram-se inscrevendo e dos 800 inicialmente inscritos, efetivaram 500 voluntários. Frisou mais uma vez que se tratava de uma ação de voluntários de uma empresa específica, a Siemens, pelo que não podia haver intervenção de voluntariado fora dos inscritos para esta ação da própria empresa Siemens. Referiu que a empresa, para poder levar a cabo a ação, manifestou a necessidade de ter um espaço onde, no final da ação de voluntariado, pudesse oferecer o jantar aos seus funcionários. Perante esta necessidade, a Presidente de Junta de Freguesia cedeu o pavilhão desportivo, depois de solicitar ao senhor Vereador do Desporto, Carlos Palheira, autorização para este evento naquele recinto desportivo, ao que o senhor vereador recordou que a gestão competia à Junta de Freguesia, logo, podiam fazer o que entendessem, desde que ficasse acautelada a preservação do piso. Havendo uma abertura por parte da Câmara Municipal de Leiria para o efeito, a Presidente de Junta de Freguesia comunicou

quem eram os convidados que pretendia levar ao jantar – representantes de entidades que colaboraram com esta iniciativa, nomeadamente, Presidente da Câmara de Leiria, que se fez representar pelo senhor Vereador do Desporto Carlos Palheira, Comandante da GNR, representante dos Bombeiros Voluntários da Ortigosa... - e sendo apenas seis na totalidade, já a Siemens teve de autorizar a extensão do convite aos mesmos. Para além destes convidados foram também ao jantar os monitores, que foram os membros do executivo e alguns familiares destes, o Presidente da Assembleia de Freguesia, bem como alguns funcionários da Junta de Freguesia. Afirmou que à noite, no decorrer do jantar, teve noção de que o jantar não poderia mesmo ser para haver convidados, pois era mesmo para poder dar uma refeição mais cuidada aos voluntários que tiveram todo o dia a trabalhar e ainda tinham uma viagem de hora e meia pela frente no regresso a casa. Reafirmou que o jantar era para os funcionários e executivos da Siemens, os monitores e apenas os convidados referidos, não estando sequer representado o ICNF. Disse que, no seu entender, foi uma boa ação para a freguesia. Referiu que o Executivo tinha um convite a fazer e que não queria divulgar sem antes dar primeiro conhecimento à Assembleia de Freguesia. Em primeira mão a Presidente de Junta de Freguesia comunicou e convidou os presentes para assinalar o Dia da Árvore, no dia 24 de março, sábado, no período da manhã entre as 8h30 e as 12h30 com uma ação de voluntariado no Perímetro Florestal da Charneca do Nicho. Convidou todos os presentes e explicou que a ação ia decorrer no Vale das Sobreiras com o objetivo de se proceder ao arranque das acácias e à plantação simbólica de espécies autóctones. Disse que este era o convite que o Executivo tinha para fazer à população da freguesia e agradeceu de antemão a possível colaboração voluntária, pois contribuirá para recuperar mais um espaço na Charneca do Nicho.

Vasco Fernandes, vogal da Junta de Freguesia – Informou os presentes de que podiam passar a palavra sobre esta ação de voluntariado e poderão dar feedback à Junta de Freguesia se vêm à ação e quantas pessoas vêm. Posteriormente a Junta de Freguesia irá fazer mais divulgação e dar mais informação útil sobre a iniciativa, contudo, gostariam de ter uma pequena noção de quantas pessoas viriam para poder agilizar a logística necessária e tentar ter

árvores disponíveis em número suficiente. Esclareceu que esta, tal como todas as outras ações para a Charneca do Nicho, não são feitas à margem do ICNF. -

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Disse que era importante que a população soubesse que ainda havia muito trabalho a executar na Charneca do Nicho.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou o que é que o ICNF ia fazer, se apenas ia indicar onde é que se iam plantar árvores e que espécies de árvores e se não ia investir dinheiro.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Disse que na ação do dia 23 de fevereiro o ICNF colaborou para se poder executar a ação na Charneca do Nicho, uma vez que a mesma estava totalmente canalizada para o Pinhal de Leiria. Frisou que o donativo da Siemens de 17.600 euros também só foi possível devido à colaboração do ICNF. Disse ainda que no dia 26 de fevereiro foram plantados castanheiros no talhão 5, no lado da Ortigosa, em colaboração com o ICNF, num procedimento de replantação de castanheiros que foram plantados em 2015 e entretanto secaram.-----

Vasco Fernandes, vogal da Junta de Freguesia – Informou que no dia 26 de fevereiro foram plantados 200 castanheiros no seguimento do trabalho que tem sido desenvolvido. Igualmente na limpeza das bermas das estradas foi um trabalho do ICNF em colaboração com a Junta de Freguesia. Afirmou que se tem trabalhado de modo a que seja sempre um trabalho conjunto, pois o Executivo entende que as entidades trabalhando em conjunto fazem um melhor trabalho. Acrescentou que o ICNF era uma peça fundamental desta equação, primeiramente porque possui o conhecimento técnico e possui alguns recursos. Recordou que as ações desenvolvidas no Pinhal de Leiria têm sido a estratégia para as áreas ardidas. Contudo, o trabalho conjunto da Junta de Freguesia, do ICNF e da empresa Siemens que procurou algo de diferenciador, particularmente no que respeita à prevenção de incêndios, foi possível puxar o investimento para a freguesia mas apenas porque o ICNF assim o permitiu. Acrescentou ainda que se a propriedade não fosse da gestão do ICNF a ação não teria sido implementada aqui. O ICNF permitiu e negociou esta ação e foi uma parte importante neste processo, quer em termos técnicos quer em termos financeiros, pois os gastos com esta ação da Siemens ascenderam os 70 mil euros.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Disse ter algumas dificuldades em perceber o que é a gestão no que respeita à Charneca do Nicho. Questionou o que queria dizer “gestão florestal” e acrescentou que as funções do ICNF, em relação à Charneca do Nicho, restringiam-se ao recebimento de 40 por cento das receitas. -----

José Carlos Gomes, Presidente de Assembleia de Freguesia – Interrompeu para esclarecer que não. Disse que era para serem ressarcidos pelo investimento que fizeram, à luz do que se encontra contratualizado. -----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Disse que não se tratava apenas de conhecimento de gestão, mas que se estava a falar igualmente em muito dinheiro que o próprio ICNF calculou. E acrescentou que ainda aguardava, desde a última Assembleia, que fosse disponibilizado o dossier sobre a Charneca do Nicho. -----

José Carlos Gomes, Presidente de Assembleia de Freguesia – Afirmou que estavam a ser reunidos todos os documentos referentes à Charneca do Nicho e adiantou que o que existe, trata-se de documentação com algum tempo, pois não há nada recente. Referiu que talvez estivesse na altura de a Junta de Freguesia intervir pois no protocolo refere que quando se entra num processo de regeneração natural a partilha de recursos é diferente porque o Estado não está a investir. Manifestou que, na sua opinião, era importante manter-se o ICNF na gestão, pelo conhecimento que o Instituto tem. Disse ainda que viu à frente da Charneca do Nicho um técnico do ICNF que se vai aposentar, o senhor Engenheiro Octávio Ferreira, profissional dedicado que tinha a Charneca do Nicho como “a menina dos seus olhos”. Aproveitou ainda para referir que ao participar na ação de voluntariado promovida pela Siemens ouviu falar em que as ações não se limitavam àquela ação de dia 23 de fevereiro, mas que incluíam mais ações, e solicitou mais informação acerca desse assunto. -----

Vasco Fernandes, vogal da Junta de Freguesia – Recordou que este Executivo tomou posse há 4 meses e conseguir trazer esta ação e conseguir que a mesma estivesse já executada foi bastante positivo. Disse ainda que foi em dezembro de 2017 que o Executivo soube que a Siemens tinha aprovado fazer uma intervenção na Charneca do Nicho, sendo que a ação não estava totalmente delineada e não podia ser divulgada. A própria comunicação pública foi sempre muito restrita, nem a Junta de Freguesia teve autorização para a amplamente

divulgar, uma vez que a comunicação estava sob responsabilidade da Siemens. Em relação a intervenções futuras também tem sido propósito da Junta de Freguesia e do ICNF que não sejam ações de um dia. Ou seja, quem plantou as árvores que tenha a oportunidade de as ver crescer. Assim, informou que se encontravam a negociar intervenções futuras com quem já realizou ações na Charneca do Nicho, pois as pessoas que intervieram gostaram do que fizeram, diferente daquilo a que estão habituadas e gostariam de regressar e colaborar na manutenção, através da retirada das árvores que morreram, arranque das acárias, entre outras ações. Propôs aos presentes que passem no local para ver a diferença no espaço da Charneca do Nicho, acrescentando que, na sua opinião, quem passa no local sente que a freguesia está melhor. Afirmou que considerava importante a Junta de Freguesia receber o donativo, até para que o investimento não seja todo para encargo da Junta de Freguesia. Rematou dizendo que olhava para o local e sentia orgulho no resultado que via. Aproveitou para dar os parabéns aos monitores, aos voluntários e aos funcionários da Junta de Freguesia. Relembrou que o propósito da Junta de Freguesia para a Charneca do Nicho não é uma ação única e pontual mas sim várias ações para desenvolver, pelo menos, ao longo de quatro anos. Disse ainda que não deixavam passar as oportunidades por uma postura de inércia.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Interveio recordar que se estava a fazer negociações e investimentos com dinheiros públicos e que não quer ser confrontada pelo Ministério Público ou outrem com um investimento ilegal. Lembrou que estavam a colocar questões sobre assuntos que estavam na ordem do dia e que têm de ser muito bem explicados. Acrescentou ainda que a propósito de boas ações, todos estavam ali para o bem da freguesia. Disse que era positivo haver uma entidade que doasse os 17.600 euros, todavia, a legalidade do investimento público tem de ser bem aferida, pois por vezes o andar depressa pode dar em acidentes. Afirmou já ter sido confrontada com a votação da última Assembleia de Freguesia e a sua legalidade e que por isso mesmo quer procurar estar muito bem esclarecida. Refere que a renegociação com o ICNF ainda não está bem clarificada, contudo, já há investimento. Frisou a importância da clarificação do assunto, até porque está em causa o investimento de 150 mil euros por parte da Junta de Freguesia ao longo de quatro anos.-----

Eulália Crespo, Presidente da Junta de Freguesia – Disse que podiam nem investir metade e deu como exemplo que num investimento previsto na ordem dos 39 mil euros, 17.600 euros já foram doados. Informou que as máquinas estavam no local a destruir cepos e que a população podia e devia ir buscar a lenha proveniente desses cepos. Contudo, alertou para o facto de ter sido feita há poucos dias uma plantação, pelo que as pessoas devem ter especial cuidado para não destruir a mesma, tal como têm sido avistados tratores a passar onde foram plantados os pinheiros no lugar de serem respeitados os caminhos no local. Deixou o alerta e pediu o especial cuidado, pois as árvores são pequenas e devido às muitas iniciativas de reflorestação por todo o país há escassez de plantas. Pediu ainda para o público presente passar a palavra alertando para este cuidado a ter.-----

Vasco Fernandes, vogal da Junta de Freguesia – Informou que muitos dos cepos que estão a ser destruídos são para matéria orgânica. A população podia ir buscar os que estão junto aos caminhos, em cavacas, mas os que estão desfeitos e em locais inacessíveis são para deixar e ficar no local. Disse ainda que o ICNF era da opinião de que os cepos se ficassem no local até apodrecerem. Todavia, a Junta de Freguesia entendeu que os cepos deviam ser desfeitos e incorporados no solo. Foi um processo de negociação que não foi fácil, com cerca de cinco ou seis deslocações ao local com as pessoas responsáveis. Igualmente pediu para as pessoas terem o cuidado de não destruir o resultado do trabalho de outros. Relatou algumas peripécias decorrentes da ação de reflorestação do dia 23 de fevereiro. -----

Gastão Crespo, membro da Assembleia de Freguesia – Interveio para felicitar a Junta de Freguesia pelo excelente trabalho realizado na Charneca do Nicho. Disse estar orgulhoso por este trabalho e salientou a boa captação de recursos e de patrocínios para a freguesia. Incentivou a continuidade destas iniciativas e sugeriu que iniciativas semelhantes fossem propostas a empresas como o Facebook. Parabenizou o Executivo e pediu um aplauso aos presentes para felicitar a Junta de Freguesia pelo excelente trabalho. *Aplauso.* -----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Esclareceu que tinha dito inicialmente que se tratava de uma ratificação porque tinha deduzido que fosse referente a um donativo que já tinha sido dado e fez uma leitura do documento apresentado em que interpretou que os 17.600 euros representava

o trabalho prestado pelos voluntários e o valor dos pinheiros. Veio assim retificar o que tinha dito, pois, esclareceu, fez uma interpretação incorreta do documento apresentado. Disse continuar ainda com muitas dúvidas a propósito da Charneca do Nicho, porque ouve muitas coisas e igualmente foi acusada de ter votado numa ilegalidade, que assenta na adjudicação de verbas da União de Freguesias num fim que é da competência do ICNF. Se o ICNF tem a gestão do Perímetro Florestal questionou se o Perímetro Florestal é toda a área da Charneca do Nicho.-----

Eulália Crespo, Presidente da Junta de Freguesia – Respondeu afirmativamente, onde a Junta de Freguesia é a proprietária e o ICNF a entidade gestora. -----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Recordou que na última Assembleia de Freguesia a Junta manifestou a previsão de realizar naquele local zonas para passeios pedonais, zonas de lazer, que não seriam propriamente floresta. Questionou se sendo propriedade da freguesia podem ser realizadas outras coisas que não sejam apenas floresta naquele espaço mas com autorização do ICNF. Afirmou não compreender como é que é feito o controlo do investimento feito pelo ICNF para poderem obter a receita proveniente dos 40 por cento.-----

Vasco Fernandes, vogal da Junta de Freguesia – Esclareceu que, até 2015, o investimento na Charneca do Nicho foi a cem por cento por parte do ICNF. Em 2015 a Junta de Freguesia fez um investimento de cerca de 16 mil euros, sento esse o único investimento por parte da Junta de Freguesia no PFCN desde 1949 em termos de gestão florestal.-----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Perguntou como é repartida a receita aquando a venda das árvores.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Disse ser a percentagem de 40 por cento para o ICNF e 60 por cento para a Junta de Freguesia.-----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou se não era tido em conta o investimento feito.-----

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Manifestou que considerava que esse era um trabalho que a Junta de Freguesia devia desenvolver agora, pois o trabalho de desbaste realizado faz parte do processo

de regeneração natural, que não requereu investimento direto por parte do ICNF.-----

Vasco Fernandes, vogal da Junta de Freguesia – Informou que os pinheiros que estão a corte, os que têm cerca de 50 a 60 anos, foram 100 por cento investimento do ICNF, estando a ser cumprido, no que respeita ao corte dessas árvores, o acordo de 40/60. Nas árvores de futuro, a partir do investimento da Junta de Freguesia que iniciou em 2015, tem de haver renegociação. Tudo o que anterior a essa data, não será renegociado porque é investimento 100 por cento do ICNF. -----

Vasco Fernandes, vogal da Junta de Freguesia – Comparou gestão do PFCN à gestão de uma empresa. Referiu que a floresta tem de ser sustentável no seu plano de gestão o que implica retirar todos os anos a mesma madeira e replantar todos os anos a mesma madeira. Referiu que o plano de corte que está previsto no plano de gestão florestal prevê que até 2024 todas as árvores que têm cerca de 60 anos sejam cortadas, pois chegam ao seu limite de vida, em termos de qualidade da árvore. Lembrou que cerca de 60 hectares da floresta foi derrubada com o vento pelo que, atualmente, existem poucos hectares a corte final que serão cortados até 2024. A partir dessa data as árvores que existirem serão muito jovens, pelo que esse pinhal apenas dará despesa. Explicou que o pinhal terá cerca de 10 a 15 anos o que irá implicar cerca de 40 anos de gasto na Charneca do Nicho até aos próximos cortes finais, e esse gasto de dinheiro pode ser repartido, pode ser por donativo, ou pode ser integralmente da Junta de Freguesia se optar por ficar com a gestão da propriedade. Recordou os conhecimentos técnicos que o ICNF possui, importantes como por exemplo no caso das vendas de madeira em que todos os pinheiros são inventariados e sabem exatamente quantos metros cúbicos de madeira são vendidos. Se a Junta de Freguesia ficar com esta gestão não vai saber quantos metros cúbicos de madeira vai ter, não vai saber vender a madeira da sua propriedade, vai ter dificuldades de gestão, sendo que o seu futuro poderá culminar no que já se assiste noutras freguesias com terrenos baldios e ao abandono. Afirmou que se a gestão ficar única e exclusivamente nas mãos da Junta de Freguesia, ao longo dos anos perderá importância e certamente poderá vendida para culminar numa zona industrial. Na sua opinião, mantendo o regime florestal atual a mesma pode ser bem gerida e mantida.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Disse que não questionava os conhecimentos que o interveniente tinha sobre gestão florestal e não conhece muito bem o terreno. Apenas se baseia no relatório que o ICNF tem publicado e onde se fala em valores a rondar um milhão e seiscentos mil euros que prevê até 2022. Disse que o membro Vasco referiu que não havia o que ir buscar, mas vê que a Junta de Freguesia está a investir com uma previsão de orçamento (plurianual) de 150 mil euros.-----

Vasco Fernandes, vogal da Junta de Freguesia – Referiu que esse valor era o valor da receita proveniente da venda das árvores que tombaram e era um valor que estava cativo para as necessidades, tendo sido já possível ir buscar 17.600 euros em investimento sem mexer no dinheiro que estava cativo. Referiu ainda que esses 150 mil euros podiam ser extrapolados ou não, acrescentando que, atualmente, existe a necessidade urgente de intervenção. Disse que não queria lamentar aqui o que aconteceu no Pinhal do Rei, e por isso a importância de uma floresta ordenada e gerida proactivamente. Disse ainda que tudo o que for retirado até 2022 provem do investimento do ICNF a cem por cento e de onde retiram 40 por cento de receita. A partir de 2024 não há cortes finais previstos, invertendo-se a curva: maior a despesa e menor a receita, sendo que, possivelmente, o dinheiro que se encontra cativo não será para um investimento a quatro anos mas sim em dez. Salientou que era dinheiro cativo não para se investir em alcatrão, mas sim no coração e pulmão da freguesia.-----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Propôs ao Executivo, e para que os membros da Assembleia de Freguesia não sejam mais acusados de desviar dinheiros públicos que podiam estar a ser utilizados noutras áreas, fazendo o controlo dos investimentos que forem feitos em função da receita obtida seja em 2024, em 2030, seja quando for. Alertou para que haja esse controlo. Disse que corroborava da ideia manifestada pelo membro Vasco Fernandes, em que por vezes existe a necessidade de andar à frente da burocracia então esperar que aconteça uma calamidade. Contudo, salvaguardando os legais e legítimos interesses.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Referiu que continua sem perceber quais as competências do ICNF em termos de gestão. Disse ainda que não lhe era suficiente a apresentação daquele projeto que, do seu ponto de vista, não estava bem elaborado. -----

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Referiu que com base no apresentado, foi lançado um concurso para ser executado o projeto.

Vasco Fernandes, vogal da Junta de Freguesia – Explicou que esse projeto foi elaborado em conjunto pelo ICNF e a União de Freguesias.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Considerou que o mesmo não estava bem elaborado, pois devia constar a indicação do autor, as funções, o cronograma, o investimento...-----

Vasco Fernandes, vogal da Junta de Freguesia – Explicou que constava apenas a parte técnica do projeto e não a parte orçamental e de autoria.-----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Afirmou ter ficado na dúvida se o documento apresentado respeitava à ação em parceria com a Siemens ou se seria uma resposta às questões levantadas na última Assembleia de Freguesia, inclusivamente fala em caderno de encargos, mas, em termos orçamentais não há indicação.-----

Vasco Fernandes, vogal da Junta de Freguesia – Disse que era parte do caderno de encargos, contudo não constava os valores porque foi assim entregue a quem ia concorrer para apresentação de proposta. -----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Referiu que, não à Junta de Freguesia, mas à empresa Siemens não custou apenas aquele valor. Não estão ali refletidos valores associados às refeições.-----

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Não havendo mais intervenções relacionadas com o **Ponto 3** colocou o mesmo a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

Passou ao **Ponto 4** a Ordem de Trabalhos – “1.ª Revisão Orçamental – Discussão e Aprovação”, cedendo a palavra à senhora Presidente de Junta de Freguesia.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Disse não ter nada a acrescentar sobre esse ponto e solicitou a apresentação de questões relativamente ao mesmo. -----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Disse que considerava que devia ter sido apresentado também o Mapa Plurianual de Investimentos, embora esteja espelhado automaticamente.-----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Afirmou ter uma dúvida no que respeita à Revisão Orçamental, as autarquias são obrigadas a

apresentar um orçamento retificativo quando as verbas ultrapassam determinado montante ou ultrapassa determinada percentagem, e explicou como acontece com as IPSS's a título exemplificativo. Questionou se na situação das autarquias, as regras orçamentais também obedecem a um plafond e apresentou a questão com base no ponto inicial do Mapa de Pessoal, pois segundo o que foi exposto, a aprovação do quadro iria resultar num encargo mensal na ordem dos 400 euros e este valor, ao fim de um ano, pode ser superior a esse plafond ou a essa margem percentual do orçamento que estava previsto pelo que perguntou se não seria de fazer a retificação já para a Assembleia não ter de fazer daqui a algum tempo uma 2.ª Revisão Orçamental.-----

José Carlos Gomes, Presidente de Assembleia de Freguesia – Explicou que cada vez que esteja prevista uma entrada de verbas e existe um aumento da receita, automaticamente tem de haver uma Revisão Orçamental, assim como terá de haver uma Revisão Orçamental depois de aprovadas as contas referentes ao ano transacto, em que ao ser incluído o saldo de gerência anterior, a receita aumenta e por consequência terá de haver mexidas na despesa para equilibrar o orçamento.-----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou se não se justificaria estar a mexer na rubrica referente aos vencimentos.-----

Eulália Crespo, Presidente de Junta de Freguesia – Disse que pensava não haver essa necessidade porque não sabia se iam ser aceites estes funcionários no quadro, pois ainda terá de decorrer todo o procedimento concursal.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Interveio para referir que no Orçamento tem de vir contemplado os concursos, se poderá haver novas contratualizações, ou mesmo aumento de salários. Acontece que há agora uma Revisão Orçamental, contudo, a prever novas contratualizações, deviam ter colocado no Orçamento apresentado na Assembleia de Freguesia de dezembro passado para ver se havia encaixe financeiro para a abertura de concurso.-----

Marília Ferreira, membro da Assembleia de Freguesia – Afirmou que era precisamente por aí que apresentava a sua questão. Uma das formas de contrabalançar as despesas passava por ir buscar receita a outras rubricas e justificou que também por isso solicitou que ficasse expresso na ata o montante em Orçamento quer em despesa, quer em receita, que foi aprovado. Pois as

alterações podem ser modificadas, mas podem ser também quantitativas e alterar o Orçamento no global. Afirmou que precisamente por isto questionava se as autarquias estavam sujeitas a ter de apresentar um Orçamento Retificativo sempre que haja um desvio previsto no Orçamento, e frisou que talvez fosse de aproveitar o momento de Revisão Orçamental caso estivesse previsto uma alteração maior.-----

Fernanda Pedrosa, membro da Assembleia de Freguesia – Questionou se o valor em causa era de 400 euros mensais.-----

Eulália Crespo, Presidente da Assembleia de Freguesia – Confirmou.-----

José Carlos Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia – Não havendo mais intervenções colocou o **Ponto 4** a votação, tendo sido aprovado por maioria com duas abstenções de Fernanda Pedrosa e José Domingues.-----

Não havendo mais pontos a tratar, o senhor Presidente de Assembleia deu por encerrada a sessão.-----

E para que conste se lavrou a presente ata, que depois de lida será assinada.

O Presidente

O Primeiro Secretário

O Segundo Secretário